

FIÚZA: NOVA DENÚNCIA.

Relatório acusa deputado de falsidade ideológica

O deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE), além de ser responsabilizado pelas "emendas piratas" ao Orçamento de 1992 e pela distribuição irregular de subvenções sociais, terá de responder na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) às acusações de falsidade ideológica e utilização do mandato parlamentar para obtenção de favorecimento pessoal. Estas denúncias contra Fiúza, que envolvem mais de US\$ 18 milhões em empréstimos de bancos oficiais, constam do relatório da Subcomissão de Patrimônio da CPI.

De acordo com os documentos, que não chegaram a ser divulgados na sexta-feira pela Comissão, Fiúza utilizou artifícios contábeis para não honrar dívidas contraídas por suas empresas, nos últimos anos, junto à Caixa Econômica Federal (CEF), Banco do Brasil (BB) e Banco do Nordeste (BNB). A subcomissão identificou que a Companhia Agroindustrial Jacanã "permaneceu com o grupo Fiúza apenas o tempo necessário para endividar-se e, em seguida, foi vendida por meio de um contrato repleto de compromissos e termos liberadores do grupo e da família Fiúza". A CPI suspeita que essa transação, feita com o grupo Coimbra, foi apenas de gaveta e teve o objetivo de limpar o nome da família Fiúza no mercado financeiro.

Somente na CEF, a dívida da usina Jacanã, que passou a se chamar Bititinga ao ser passada ao grupo Coimbra, chega aos US\$ 4 milhões. No Banco do Brasil, a Bititinga aparece em primeiro lugar na lista dos

inadimplentes do Estado de Alagoas, com um débito de US\$ 12 milhões. As investigações feitas pela subcomissão indicam uma série de contradições na operação de transferência da usina Jacanã: a empresa foi vendida por Fiúza por menos da metade do preço que pagou pela sua aquisição e, mesmo depois da venda da usina, a mulher do deputado, Ilze Fiúza, continuou a fazer depósitos nas contas da empresa, que somaram US\$ 223 mil.

O novo acionista majoritário da usina, Arnóbio Coimbra, assumiu não somente as dívidas da Jacanã com os bancos oficiais, mas também todas as dívidas de outras empresas do deputado. Segundo afirmação de Fiúza em seu último depoimento na CPI, a família Coimbra também não quitou os empréstimos porque discorda do valor das correções arbitra-

das pelos bancos. A Subcomissão do Patrimônio constatou que a ligação de Fiúza com o grupo Coimbra remonta a pelo menos 1985, quando estiveram envolvidos na liquidação extrajudicial da Empresa Tabajara de Crédito Imobiliário. Essa empresa foi fechada pelo Banco Central por suspeita de fraudes contra o extinto Banco Nacional de Habitação (BNH).

No levantamento da vida financeira de Fiúza, a CPI constatou ainda que há contra ele, sua família e suas empresas 1.191 títulos protestados. Fiúza nega a existência de irregularidades e atribui as acusações à "obra de um louco" — no caso, o senador José Paulo Bisol (PSB-RS), coordenador da Subcomissão de Patrimônio.



Arquivo/AE

Fiúza: "favorecimento".